

Rio Grande do Norte: indústria do camarão manobra, mas perde

Categories : [Salada Verde](#)

Uma disputa entre representantes dos produtores de camarão e órgãos ambientais no Rio Grande do Norte terminou na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Eles defenderam na Justiça que a produção de camarão fosse definida como atividade agrossilvipastoril, o que eximiria a categoria da obrigação de recuperar por completo as áreas degradadas pela carcinicultura.

Uma [atividade agrossilvipastoril](#) utiliza espécies florestais, agrícolas e/ou criação de animais de forma simultânea em uma mesma área. Este não é o caso da criação de camarões em viveiros, mas ainda assim os representantes dos carcinicultores tentaram convencer a Justiça que sim. Caso vencessem a causa, os produtores não precisariam recuperar cerca de mil hectares de mangue, segundo cálculos do Ibama.

Uma decisão favorável aos produtores abriria brecha para mais ações em todo o país, com base nos [artigos 61-A e 61-B da Lei 12.651/2012](#) (Código Florestal). Em comparação à legislação anterior, o Código reduziu a obrigação de recomposição para proprietários que desenvolviam atividades agrossilvipastoris nas [Áreas de Preservação Permanente](#) até 22 de julho de 2008. Quanto menor for a propriedade rural, menor é o tamanho da área que deverá ser recomposta.

Os carcinicultores não poderão recorrer da decisão.

Saiba Mais

[Íntegra da decisão - 4º Turma - Tribunal Regional Federal da 5ª Região.](#)

Leia Também

[“Atlas Mangues do Mundo” revela ecossistemas em risco](#)

[Aterrando mangues e destruindo o futuro](#)

[O que é uma Área de Preservação Permanente](#)